

Jogo pesado

Planalto quer votar já o mandato de Sarney, diz Couto

Da Sucursal de Brasília

O ministro chefe do Gabinete Civil,

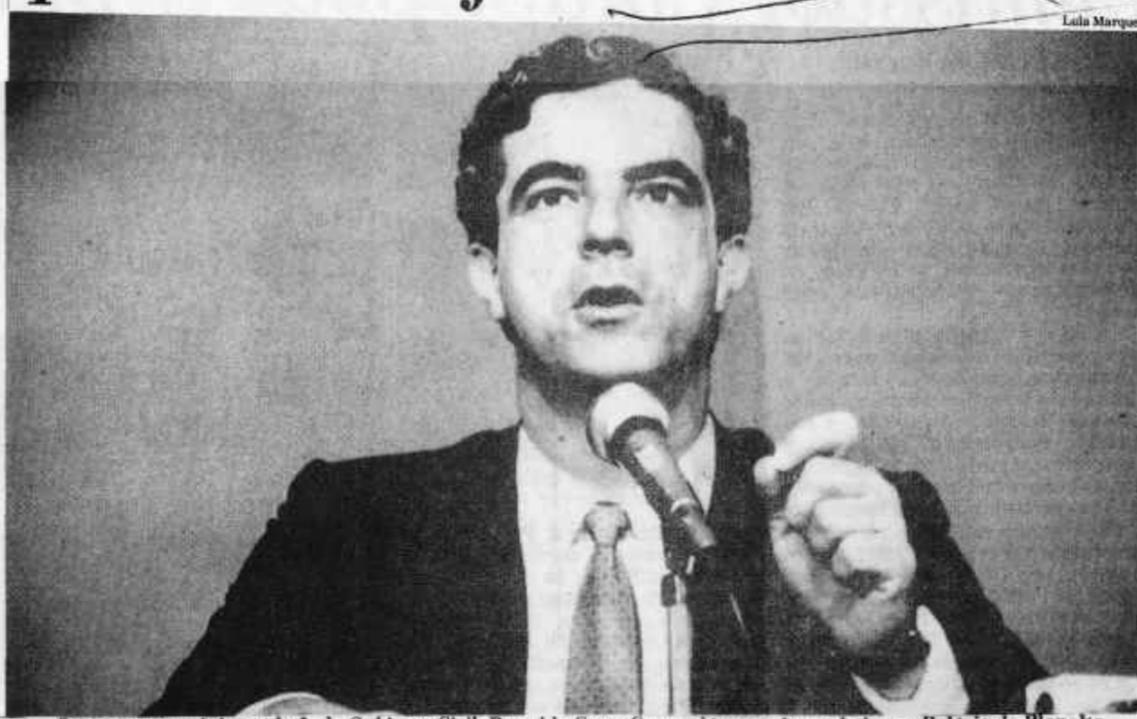
Ronaldo Costa Couto, defendeu ontem em Brasília, às 16h15, durante uma entrevista coletiva, a antecipação da votação do mandato do presidente José Sarney pelo plenário do Congresso constituinte. "Seria bom para o país se o mandato fosse definido antes das outras questões", disse Costa Couto. O plenário do Congresso constituinte deve começar a votar o texto da nova Constituição em 27 de janeiro.

Apesar de Costa Couto ter afirmado que o presidente José Sarney não se manifestou sobre o assunto, um pouco depois da entrevista do ministro o prefeito do Rio, Saturnino Braga, saía de uma audiência com o presidente e dizia que Sarney havia "puxado o assunto" da duração de seu mandato durante a conversa e dito que "é preciso resolver logo" a questão.

Espontaneidade

Costa Couto disse durante a entrevista que os 317 parlamentares que assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), favorável a um mandato de cinco anos para Sarney, agiram com "espontaneidade", sem qualquer pressão. O ministro defendeu a "liberdade" do Congresso constituinte para definir a duração do mandato do presidente Sarney e disse que "quanto menos polémica melhor para todos". Para Costa Couto, a questão do mandato do presidente "empolgou o Executivo e o Legislativo, mas não o país".

Na última sexta-feira, Costa Couto havia afirmado que seriam tomadas as medidas necessárias (corte de



O porta-voz e ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, dá entrevista coletiva no Palácio do Planalto

verbas, incentivos a projetos sociais) para garantir os cinco anos. Ontem, Carlos Bezerra, governador do Mato Grosso e defensor de quatro anos, esteve com Sarney e saiu sem dar palavra, driblando a imprensa pelo elevador privativo. Couto negou que o encontro fizesse parte da articulação palaciana na questão do mandato. Disse que foi Bezerra quem pediu o encontro, mas lembrou, entretanto, que o governo está atento aos "rendimentos políticos" de suas relações.

Sarney pode ir à reunião de Minas

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney poderá participar, dia 28, da reunião de governadores promovida em Belo Horizonte pelo governador Newton Cardoso, ou do encontro da Sudene, dia 29, em Montes Claros (433 km ao norte da capital mineira). O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, não descartou a

viagem de Sarney embora tenha dito que não há uma viagem marcada.

Costa Couto negou ainda que Sarney tenha ameaçado o governador de São Paulo, Orestes Quércia, com a retomada do caso Banespa para pressioná-lo a não aderir à tese dos quatro anos de mandato. "O presidente não se dispõe a praticar retaliação com quem quer que seja".

Em Brasília, Newton cobra 'espaço mineiro'

MAURO LOPES
Coordenador de Política
da Sucursal de Brasília

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), desembarca hoje pela manhã em Brasília disposto a cobrar do presidente José Sarney a fatura pelo apoio político que vem dando ao governo federal e, especialmente, ao mandato de cinco anos. "Minas não perderá espaço", assegurou Cardoso a parte da bancada federal do PMDB-MG, durante um almoço, ontem, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Um pouco antes, o governador havia anunciado que ainda hoje o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira pedirá demissão.

Apesar de Teixeira fazer parte da "cota mineira" do ministério, Cardoso não especificou se o "espaço de Minas" inclui a indicação de um homem de sua confiança para a Seplan. Uma especulação que corre na bancada peemedebista de Minas é a de que o governador não ficaria triste se Sarney indicasse um técnico de sua preferência pessoal para o Ministério do Planejamento (Seplan) e lhe entregasse a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O BNDES é uma importante agência do governo federal que, apesar de formalmente subordinada à Seplan, tem autonomia para aplicar polpidos recursos públicos em projetos e empresas de acordo com os interesses do Executivo — só este ano, o BNDES terá à sua disposição mais de CZ\$ 125 bilhões. Para conquistar a empresa do banco, Cardoso terá que desalojar do posto o empresário Márcio Fortes, indicado pelo governador do Rio, Moreira Franco. Se a especulação se concretizar, o

presidente terá formalizado o rompimento com Moreira, que tem defendido quatro anos e utilizado o Palácio das Laranjeiras, como sede para encontros dos "históricos" do PMDB. A presidência do BNDES é o único cargo no primeiro escalão do governo federal que ainda liga Moreira Franco a Sarney.

O "espaço de Minas" é ainda maior, disse Cardoso. "A bancada fará o próximo ministro da Indústria e Comércio", afirmou, mas não falou em datas. O nome do deputado federal Milton Reis (PMDB-MG) tem circulado em Brasília desde outubro como possível substituto do ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castello Branco, que, além de adoentado (com câncer), está incompatibilizado com boa parte da bancada de Minas. Reis foi tema de conversa entre Sarney e Cardoso em Simão Dias, município sergipano a 100 km de Aracaju, onde o presidente lançou no último dia 4 o Projeto Padre Cícero, de combate à seca. Milton Reis foi colocado de "sobrevivo" por Cardoso e não estará hoje em Brasília, quando o governador se encontrará com Sarney.

Uma alternativa cogitada em Brasília — e descartada no almoço de ontem — implicaria na remoção do chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, também da "cota mineira", para a Seplan. Cardoso não poupou elogios à atuação de Costa Couto: "Minas deve muito a ele". Outro alvo de rasgados elogios foi o Ulysses Guimarães. Cardoso disse que está solidário com a campanha ulyssista pelo apressamento dos trabalhos constituintes e que a partir de agora está a favor da inversão da pauta do plenário para a votação, em primeiro lugar, do mandato de Sarney.



A bancada do PMDB-MG e Newton Cardoso se reúnem no Palácio da Liberdade

Emenda pode viabilizar antecipação

Do Redação

O jurista Celso Bastos, 49, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, disse ontem em São Paulo que a inversão da pauta de votações do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização só seria constitucionalmente legal caso fosse aprovada através de uma emenda regimental — o que poderia atrasar ainda mais os trabalhos constituintes. Bastos diz que o funcionamento de uma casa parlamentar se baseia parte em normas escritas e parte em procedimentos cotidianos, mas estes não teriam

"cabimento" na elaboração da nova Constituição, pois o regimento estabelece a ordem de votação de acordo com a sequência contida no projeto da Comissão de Sistematização.

Já o jurista Walter Ceneviva, 59, acredita que o regimento da Constituinte não cria um impedimento definitivo, podendo a alteração acontecer até mesmo por um acordo entre as lideranças dos partidos: "Se a maioria do Congresso constituinte deliberar alterar, essa mudança será válida. O que é imprescindível para a validade deliberativa é que esta mudança seja adotada segundo um processo regimental."

Janio de Freitas

Formação deformada

Sempre haverá diferenciações de causa imediata, nas crises da convivência militar latino-americana com os esforços de institucionalização democrática, que justifiquem frases do tipo "as condições internas da Argentina são completamente diferentes das nossas". Da Argentina como da Bolívia ou da Venezuela ou de onde quer que venham notícias de agressão militar à ordem institucional. Os fatores históricos nacionais não permitem a coincidência das formas adotadas pelos episódios que cada um deles vive. De modo que tomar características formais para considerações comparativas, ou para eliminar comparações, é uma redução ao óbvio, para fugir às dificuldades de apreensão da realidade.

A sublevação agora comandada na Argentina pelo coronel Aldo Rico e a invasão da Prefeitura de Apucarana pelo capitão Luiz Fernando Walther, há pouco condenado pela Justiça Militar, ou a idéia de alguns capitães da Vila Militar, no Rio, de explodir bombas em locais sensíveis para obter aumento de vencimentos, não aparentam qualquer identidade entre os envolvidos argentinos e os brasileiros, agora serem todos militares. Se as características formais destes atos nada têm comum, o seu substrato, no entanto, é exatamente o mesmo, como se nem houvesse distinção de nacionalidades.

Em primeiro lugar, todos estes atos, como os demais no gênero, partem da dificuldade dos militares de resistir à tentação de usar suas armas profissionais, que a nação lhes confia para defendê-la, como instrumentos de participação na vida nacional. Não faz diferença se o objetivo é derrubar governo ou melhorar a posição no bolo geral dos salários, porque a questão não é o fim, mas a precariedade de barreiras interiores na seleção dos meios. Em segundo lugar, todos estes surtos expressam a mesma dificuldade dos

militares de enquadrar-se nas regras que ordenam a sociedade — os trâmites legais, a Justiça, a autoridade constituída e a ordem institucional.

É evidente que estas duas dificuldades, fontes de múltiplos desdobramentos, não são atos de vontade estrita. São induções da formação. Nas escolas militares latino-americanas, a formação proporcionada é altamente ideológica. Mas não é uma formação para a democracia. Nem o tempo, nem as melhores lideranças militares foram capazes de levar a formação militar e a organização de forças armadas a acompanharem a evolução dos mecanismos de convivência divergente em sociedade.

No capítulo da formação, será suficiente notar que militares aprendem mais a marchar — uma sobrevivência do tempo em que os exércitos deslocavam-se a pé — do que aprendem sobre as instituições e seu valor na ordenação pacífica, justa e produtiva das sociedades. No capítulo da organização, pretender que, a esta altura, os militares sejam cidadãos de uma categoria exótica, porque impedidos de participar legalmente dos debates nacionais, é um anacronismo absurdo, antidemocrático. Alega-se para sua permanência, e com toda a razão, que os militares usam sua força para decidir os debates e ainda dividiriam as forças armadas, nelas introduzindo o debate perigosamente. É claro, pois se sua formação não os prepara para a participação nos limites institucionais e em proveito das instituições. Então, tem-se um absurdo alimentando outro.

Mas a deficiência de formação, nos países sub, não é exclusividade dos militares. De um ou de outro modo, estamos todos mal formados. O que realça o problema da formação militar é a posse da arma — e o mau uso dela com tanta constância. Problema a perdurar muito, ainda.

PMDB deve se preparar para a sucessão, afirma Moreira

Da Sucursal do Rio

O governador do Rio, Moreira Franco, disse ontem que a duração do mandato presidencial foi a única questão que resultou em divergências na reunião que manteve sábado com os governadores Newton Cardoso e Orestes Quércia na fazenda Rio Rancho, de propriedade de Newton, no município de Pitangui, a 120 km de Belo Horizonte (MG). O encontro durou seis horas e, segundo Moreira, Newton continua fiel aos cinco anos de mandato para Sarney e seus sucessores.

Segundo Moreira, os três governadores concordaram com a idéia de se apressar os trabalhos constituintes com o objetivo de "criar condições internas para a negociação da dívida externa". Outra conclusão do encontro foi a de que o PMDB deve começar a se preparar já para a sucessão. "Sendo quatro ou cinco anos o mandato, o partido deve estar pronto para a eleição assim que a Constituinte, soberana, definir a questão", disse.

Moreira disse que analisará o temário de uma nova reunião de governadores, que se realizará no final do mês em Minas Gerais, antes de confirmar sua presença. Segundo ele, essa reunião poderá ocorrer no dia 29 em Montes Claros — quando está marcada uma reunião da Sudene, que poderia ser ampliada para permitir a presença de outros governadores — ou no dia 28.

A reunião de sábado, convocada por Newton, serviu também para que os três discutissem a crise econômica e concluíssem pela necessidade de o PMDB manter-se unido e iniciar a discussão de "uma plataforma para servir não só o partido mas toda a sociedade". Comentando declaração do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para quem as manifestações populares são de protesto contra os governos estaduais e não contra o governo federal ou o presidente Sarney, Moreira disse que é o mandato de quatro anos que tem provocado manifestações populares: "A transição está concluída".